

Funaro quer gesto dos bancos

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, fez chegar aos bancos internacionais, recentemente, um recado. Se os bancos, tanto quanto o Brasil, estão interessados na volta à normalidade no mercado financeiro internacional, é preciso que demonstrem isto, voltando a conceder empréstimos voluntários ao País.

Se os bancos derem, no mais curto prazo possível, um sinal nesta direção, poderão estar certos de que o País continuará cumprindo seus compromissos. Isto não afastaria a intenção brasileira de acertar uma redução na taxa de risco — o "spread" — cobrada sobre todo o estoque da dívida (no último acordo, conseguiu-se reduzi-la apenas sobre o montante a ser pago em 1985 e 1986). Mas tornaria muito remota qualquer hipótese de se tentarem soluções não ortodoxas para a questão da dívida.

O que está implícito no recado, naturalmente, é a idéia de que, se não houver gestos concretos dos bancos, aumentarão as chances de o Brasil buscar um alívio no pagamento do serviço da dívida de outras formas. Em outros termos, não basta ficar falando tanto sobre "normalização", é preciso provar que ela é factível.

A previsão feita pelo presidente do comitê dos bancos credores, Bill Rhodes, na semana passada, de que é provável que os bancos internacionais retomem empréstimos voluntários ao Brasil assim que for assinado o acordo de 1985-86 — o que deve acontecer em agosto —, indica que este caminho pode estar, de fato, aberto. Rhodes mencionou "empréstimos comerciais". O Brasil preferiria que essa boa vontade fosse sacramentada de outra forma: por exemplo, pela participação dos bancos no "co-financiamento" que o País está negociando com o Banco Mundial (BIRD) para o setor elétrico. Se este negócio sair, o BIRD entrará com US\$ 500 milhões e os bancos privados, se aceitarem, com outros US\$ 700 milhões.

Esta questão da "normalização" tem vital importância para ambos os lados. Para os bancos, poderia significar uma certa tranquilidade no lado do maior credor, num momento em que a complicada situação do México ameaça reabrir toda a discussão da dívida internacional.

(Continua na página 18)

Funaro quer gesto dos...

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Talvez venha desse desejo dos bancos a relativa receptividade que têm demonstrado — especialmente grandes bancos norte-americanos — para discutir hipóteses sobre uma negociação multianual com o Brasil. Embora o acordo provisório ainda não esteja assinado, alguns grandes bancos têm aceitado examinar alternativas para um acordo de longo prazo e têm indicado certa flexibilidade nessas conversas.

Do lado brasileiro, um sinal positivo dos bancos serviria a dois objetivos básicos: consolidar a forma brasileira de negociação, sem a interferência do FMI; e provar, internamente, que a opção pela "normalização" é viável.

O ministro da Fazenda costuma dizer que o Brasil tem atuado "no limite" das situações criadas no mercado internacional. Em outros termos, tem esticado a corda ao máximo, procurando vencer, por etapas, os obstáculos que surgem.

Foi assim com a questão da exigência de um acordo prévio do País com o FMI para conclusão de qualquer acordo com os bancos. O ministro convenceu-se, ainda no ano passado, de que era possível evitar o Fundo, fixou esse objetivo como central nas negociações e aceitou enfrentar todas as pressões contrárias.

PLANO BAKER

Não foi fácil vencer essa etapa. Embora os bancos até estivessem mais dispostos a discutir a hipótese, o governo norte-americano procurou abortar, de toda forma, o movimento brasileiro. Em dezembro, por exemplo, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, chegou a acenar com a garantia de um bom volume de empréstimos ao Brasil — no âmbito do "Plano Baker" — se o País aceitasse qualquer tipo de monitoração pelo FMI. Funaro negou.

A conversa seguinte, no início de janeiro, foi ainda mais difícil. O presidente do banco central norte-americano, Paulo Volcker, numa conversa muito dura, tentou obter a ida do Brasil ao Fundo através de ameaças pouco veladas. Funaro devolveu dizendo que, nesse caso, como o País não aceitaria essa exigência, uma nova crise internacional seria inevitável e os Estados Unidos seriam responsáveis por ela.

O ministro cortou a conversa nesse ponto. Pouco depois, Volcker voltou a procurá-lo e a conversa prosseguiu mais suave.

O Brasil deu-se bem neste primeiro "round". A etapa seguinte, ainda não concluída, é a negociação dos débitos oficiais com o "Clube de Paris". O Brasil quer consolidar o avanço anterior — negociar sem submeter-se ao FMI — e ganhar um pouco mais: re-financiar, nas condições que considerar mais adequadas, o que deixou de pagar de janeiro de 1985 até agora.

A principal batalha, contudo, ainda não foi aberta. E exatamente a discussão sobre o estoque da dívida de uma solução estável de longo prazo. Uma premissa está estabelecida: não é possível retomar os investimentos de longo prazo — e, portanto, assegurar o crescimento — mantendo inalterado o volume de transferências ao Exterior.

"NORMALIZAÇÃO"

A forma de obter isso, contudo, ainda está em aberto. Existe muita dúvida nas áreas técnicas do governo sobre a viabilidade de um retorno à "normalização". O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, acredita nela; o ministro do Planejamento, João Sayad, é cético. Funaro não tem posição fechada, mas acha que a definição não precisa ser dada apenas por decisão interna do governo. Se os bancos estão interessados nela, têm de dar provas disso.

Um dado crucial que está por trás de toda essa estratégia é o respaldo absoluto do presidente José Sarney. Quando, no momento mais tenso da negociação anterior com os bancos, o Brasil colocou claramente na mesa a ameaça de suspender pagamentos e encontrar formas não-ortodoxas para a questão da dívida, essa pressão não foi um simples blefe por uma razão simples: estava claro que as autoridades brasileiras falavam não só em seu nome, mas no do presidente.

Esse respaldo continua. O presidente está sensibilizado para a necessidade de reduzir o peso da dívida. Quer marcar sua presença pessoal nessa questão. Sabe que existem até interesses políticos (as eleições de novembro) que operam a favor de um endurecimento. Se a negociação enfiar pelo caminho mais difícil, o presidente estará disposto a bancá-lo.

17 JUN 1986